

Sinduece Informa

Sindicato dos Docentes da Universidade Estadual do Ceará – SINDUECE – Seção Sindical do Andes-SN - edição 03 - Agosto/2011

> Editorial

Autonomia ou tutela? As lições da audiência pública

A audiência pública realizada no dia 06 de Julho último na Assembléia Legislativa foi um desses raros momentos em que o episódio histórico condensa leis gerais e abstratas. Simples na sua aparência, a carência de professores nas universidades estaduais cearenses – objeto da dita audiência – ensejou um debate revelador.

As reitorias expuseram o problema, cuidando para não colorilo com qualquer tintura ideológica. Foram diretas, confiantes no rigor metodológico do levantamento feito e refeito mais de uma vez e por mais de uma dezena e meia de pesquisadores e técnicos. A conclusão: faltam seiscentos professores nas estaduais!

A platéia de docentes e discentes não teve nenhuma dificuldade em compreender a demanda porque sabe que não tem havido concurso para suprir a vacância por mortes, aposentadorias e exonerações dos mestres há bastante tempo. Sabe também que a reforma curricular e a criação de mestrados e doutorados contribuíram para aumentar a carência de professores.

O desdito coube ao governo, na pessoa do subsecretário de ciência e tecnologia do Estado. Com ar de quem estava ouvindo a estória pela primeira vez, a autoridade restringiu-se a descredenciar o estudo realizado pelas administrações universitárias, argumentando que a demanda apresentada deveria justificar-se não pela necessidade real vivida cotidianamente, mas pela eficiência, eficácia e performance das instituições estaduais de ensino superior (IEES). O dialeto do douto representante governamental golpeou duplamente: desprezou os esforços de pesquisa e sistematização dos dados sobre a carência efetiva de professores

e estipulou parâmetros abstratos sobre os quais nada disse, a não ser a sinalização para o contrato de gestão como fórmula bem sucedida já aplicada em algumas universidades públicas.

Ora, o mais mal informado dos incautos sabe que esse palavreado, produzido na usina ideológica da gerência científica, tem um significado muito preciso para as universidades públicas: sua subordinação aos imperativos da racionalidade empresarial, traduzindo empiricamente o que os estudiosos vêm chamando de universidade operacional. Esse ideário é parte do núcleo essencial do neoliberalismo, que busca desmantelar a universidade como locus de cultivo da ciência, das artes, da tecnologia, com sólida formação geral e humanista. No seu lugar, pretende instaurar organizações sociais (OS) estreitamente vinculadas aos agentes econômicos mais dinâmicos, os mesmos que ditam as regras do mercado. As OS seriam dotadas de maior flexibilidade para o atendimento de demandas focalizadas e, inclusive, podem usufruir dos fundos estatais e captar recursos no mercado e na sociedade civil – ao contrário das velhas fundações públicas, cuja institucionalidade e estrutura jurídica impedem-nas de participar, tão avidamente quanto se gostaria, da venda de cursos e produtos tecnológicos no fast food educacional.

A rotunda descrença naquilo que são e fazem as universidades estaduais, não permitiu ao subsecretário pescar na home page da UECE que 1,6 mil jovens formaram-se em 2010, cuja imensa maioria dedicar-se-á ao ensino das crianças e jovens que integram a assombrosa cifra dos 50% que vivem abaixo da linha da pobreza, no estado que é



Audiência pública na Assembleia Legislativa, no dia 06 de julho

a 2ª pior renda familiar do Brasil (PNUD). Desdenhou da formação, só em 2010, de 310 profissionais nos níveis de mestrado e doutorado e do desenvolvimento da primeira vacina vegetal do mundo que, em tendo êxito na operacionalização técnica, poderá enfrentar a dengue – essa epidemia que pôs nosso estado em destaque nacional há poucos meses. Sequer referiu-se aos hercúleos esforços para desenvolver a pesquisa na UECE, cujos números falam por si: 236 pesquisadores tocando 308 projetos, envolvendo 743 estudantes na iniciação científica e 2,4 mil trabalhos apresentados na semana universitária do ano passado.

Ao invés de encarar esses dados e o fato de que as universidades estaduais plantaram profundas raízes na vida social, econômica, política e cultural do nosso estado, a autoridade estatal preferiu a tangente, lançando dúvidas sobre a “performance” das IEES. Nem uma palavra, entretanto, sobre uma pergunta que não quer calar: qual o projeto do governo Cid Gomes para o ensino superior no Ceará?

Ao descredenciar o levantamento feito pelas reitorias, o subsecretário rompeu a tenra casquinha que recobre uma velha ferida: a

falta de autonomia das estaduais cearenses. Não bastasse a ausência de regulação vinculando um percentual das receitas estatais ao financiamento das IEES, o episódio fez emergir um elemento preocupante: a UECE, URCA e UVA parecem não deter, sequer, autonomia administrativa. Pois se não têm a prerrogativa de apresentarem ao governo a carência de pessoal, o que podem fazer então?

Talvez o fato sirva para conscientizar a comunidade acadêmica sobre o caráter eminentemente político da gestão universitária e contribua para a superação das visões tecnocráticas tão comuns entre nós. Quiçá a dolorosa reprimenda ensine que, na particularidade das universidades públicas, a gestão se realiza num campo de forças e que é necessário coadunar com aquelas que defendem o caráter público e gratuito dessas instituições. Quem dera compreendam que a defesa das nossas universidades pressupõe a mais ampla e irrestrita democracia interna.

O episódio mostrou que a luta empreendida pelo movimento sindical e estudantil assume, cada vez mais, o caráter de um dramático imperativo pela própria sobrevivência das universidades estaduais cearenses.

Estudantes e professores das universidades estaduais do Ceará denunciam carência de professores nas IEES

Movimentos estudantil e docente da UECE, URCA e UEVA já organizaram várias manifestações para reivindicar melhores condições para as universidades. Concurso público para professores efetivos está entre as principais carências

O primeiro semestre deste ano foi movimentado na Universidade Estadual do Ceará. Até agora, já aconteceram quatro grandes mobilizações capitaneadas pelos movimentos estudantil e docente, além de manifestações em alguns campi do interior. A primeira iniciativa ocorreu no dia 08 de abril, quando estudantes e professores das três universidades estaduais do Estado – UECE, URCA e UEVA – participaram de um ato em frente ao Palácio da Abolição.

Na ocasião, alguns representantes conversaram com o secretário adjunto do gabinete do governador, Almircy Pinto. Ele ligou para o chefe do gabinete, Ivo Gomes, que prometeu negociar uma audiência direta com Cid Gomes. Após quase dois meses de espera, movimentos estudantil e docente resolveram agir novamente. O local escolhido para o segundo ato foi a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no dia 30 de maio. Outra surpresa. Estudantes e professores foram barrados na porta da “casa do povo”.

O líder do governo na Assembleia, deputado Antônio Carlos (PT), recebeu, após longa espera, os manifestantes, mas afirmou que não poderia marcar uma audiência com o governador do Estado. “Eu estou disposto a construir essa agenda com o governador. Esse é o compromisso que eu posso firmar senão seria irresponsabilidade da minha parte”, disse no momento.

“Nós queremos audiência do governador com as lideranças dos movimentos e queremos uma audiência pública no plenário para discutir essas questões com os deputados”, explicou o presidente da Seção Sindical da UECE (Sinduece), professor Epiácio

Macário. De tanto esperar uma resposta do deputado Antônio Carlos, que nunca veio, o movimento resolveu ser mais incisivo. No dia 15 de junho, a reitoria da Universidade Estadual do Ceará foi ocupada por estudantes e professores que pediam uma reunião com o reitor da instituição, Assis Araripe.

A pauta de reivindicações foi longa, mas houve diálogo entre os estudantes e o reitor Araripe, que assinou um documento oficializando o acordo firmado na oportunidade. Entre os pontos acordados: a Pró-reitoria de Graduação da UECE garantiu à Sinduece o levantamento completo sobre a carência real de professores na Universidade; o reitor autorizou ainda a Pró-reitoria de Graduação a incluir o XIV Congresso de Estudantes da UECE no calendário acadêmico oficial e concordou em discutir democraticamente a estatuinte da UECE, “embora não tenha sido compromisso na plataforma do então candidato”; e a reitoria afirmou que “dará todas as condições ao seu alcance para a realização do seminário de interiorização”.

Apesar dos avanços conseguidos durante a ocupação, o reitor Assis Araripe admitiu que não tem autoridade para interferir em alguns assuntos relevantes à comunidade acadêmica, como a autorização de concurso público para professores efetivos.

Unidades do interior contestam precarização da universidade

As manifestações por melhores condições na Universidade não se restringiram ao campus do Itaperi, que fica em Fortaleza. Os campi do interior também se movimentaram contra a atual situação da Universidade Estadual do Ceará,



Ato das três universidades estaduais na Assembleia Legislativa, no dia 30 de maio

que carece de infraestrutura, concurso público para professores efetivos, políticas de assistência estudantil, eleições democráticas para reitor, entre outros.

No dia primeiro de junho, estudantes e professores da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), em Quixadá, decidiram paralisar as atividades acadêmicas por um dia. A decisão foi tomada durante a reunião do conselho dos professores, juntamente com os Centros Acadêmicos, devido a uma fossa que havia estourado há sete meses e permanecia aberta.

A programação inicial contou com afixação de cartazes por toda a Faculdade, distribuição de máscaras protetoras e uma aula conjunta sobre políticas públicas, realizada nos arredores da fossa. Durante a paralisação, estudantes e professores foram informados de que o conserto seria providenciado

pela administração da UECE no dia subsequente à manifestação.

“Nós precisamos com urgência de atitudes que venham proporcionar uma mudança na UECE. Não queremos melhorias, mas uma mudança. E, para isso, temos que nos unir e cobrar do Estado o que é nosso por direito. Não queremos um favor, mas aquilo que nos pertence.”

José Gledson
(estudante Feclesc)

No dia 14 de junho, estudantes, professores e servidores técnico-administrativos da Faculdade de Educação de Crateús (FAEC) concentraram-se no prédio do CAIC, espaço em que funciona o curso de Pedagogia da Faculdade, e saíram em carreta com apitos, faixas, cartazes, carro de som, motos e carros. O percurso foi até a Praça da Matriz, onde se realizou um ato público, com aproximadamente 400 pessoas. Os manifestantes ensaiaram palavras de ordem, como “Estrutura já, para a FAEC não parar!”, “Nossa FAEC está entregue ao descaso do governo estadual”, “Estou na luta, tem que mudar, construção do nosso prédio já!”.

As principais reclamações dos estudantes e professores são as péssimas condições da FAEC, como falta de laboratórios e reagentes para os cursos de Biologia e Química, salas insuficientes e sem estrutura, falta de materiais didáticos e de multimídia adequados, acessibilidade, transporte para eventos e, principalmente, carência de docentes.



Audiência pública que aconteceu em julho reuniu diretores das seções sindicais da UECE, URCA e UEVA, além do movimento estudantil e da administração superior das IEES

Estudantes e professores das estaduais pressionam governo a realizar concurso público

Quase um mês após a ocupação da reitoria da UECE, os movimentos estudantil e docente das três universidades estaduais do Ceará conseguiram uma audiência pública na Assembleia Legislativa. Participaram da mesa de debate representantes da UECE, URCA e UVA, além da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado (SECITECE), o deputado Heitor Férrer, que fez o intermédio na marcação da audiência, e a deputada Mirian Sobreira, da Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que presidiu a sessão. O reitor da UECE, Assis Araripe, apresentou os dados do último levantamento de docentes na Universidade. Segundo ele, até 2012, o déficit chega a 312 professores.

Atualmente, a universidade conta com 256 substitutos, dos quais apenas 92 estão em vagas de professores afastados temporariamente.

O secretário-adjunto da SECITECE, Almir Bittencourt, fez uma explanação que deixou a plenária e os integrantes da mesa desapontados. Segundo o secretário, um dos motivos da falta de professores é o afastamento deles para pós-graduação. Ele declarou ainda que os números exatos da falta de docentes não haviam chegado à Secretaria. A professora Zuleide Queiroz, da Seção Sindical da URCA, questionou o discurso do secretário Almir Bittencourt. “Já entregamos vários requerimentos ao Estado solicitando audiência pública. Lamentamos que a SECITECE

ainda esteja pedindo os números concretos. Hoje à noite, temos aula sem professores”, criticou.

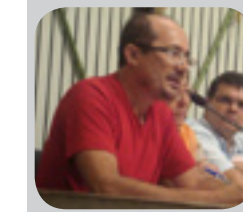
Para o professor Epiácio Macário, é necessário fazer a “defesa política da universidade”. Os representantes estudantis também se pronunciaram na ocasião e reivindicaram melhores condições para as estaduais, com destaque para os campi do interior. “As unidades do interior da UECE estão em condições precárias. Lá em Crateús, temos uma enorme dificuldade em relação à estrutura. Só há algumas salas construídas e uma sala maior que serve como biblioteca, sala dos professores, sala dos estudantes, recepção, etc.”, destacou o estudante Messias Gomes, da Faculdade de Educação

de Crateús (FAEC).

O professor de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA) Sergiano Araújo criticou o desinteresse do governo do Estado em relação às IEES. “O governo simplesmente fecha os olhos e não responde as demandas das universidades estaduais do Ceará. Isso é claro. É inversão de prioridades. O governo do Estado prioriza a construção de um aquário de 200 milhões de reais, enquanto milhares de crianças estão à míngua nas nossas escolas e nas nossas universidades. A UVA, por exemplo, é um caso caótico. Faltam professores, a universidade não tem um prédio próprio e, ainda por cima, os professores são precarizados, como o caso do professor colaborador”, enfatizou.

“É preciso fazer a defesa política da universidade.”

(Epiácio Macário)



A audiência encaminhou algumas ações. O levantamento da carência de professores da UECE será referendado pelos deputados estaduais, que devem formar uma comissão na Assembleia para acompanhar esses dados e visitar as unidades do interior do Estado. O deputado Heitor Férrer se comprometeu a tentar intermediar uma audiência com o governador, porém, até o momento, estudantes e professores das universidades estaduais do Ceará ainda esperam por um diálogo direto com o governador do Estado, Cid Gomes.

Por eleições paritárias democráticas:

50% para profissionais da universidade (professores e funcionários juntos) e 50% para estudantes

É comum pensarmos eleições paritárias na universidade a partir das três categorias. Justifica-se, sobretudo, pela tradição histórica do Movimento Estudantil, desde os anos 60. Contudo, tanto a paritária de três quanto, e principalmente, a fórmula em vigor na UECE não se constituem numa justa experiência democrática.

Segundo Regimento da UECE, o peso de cada categoria nas “eleições” de reitor e diretores de centros e faculdades é 70% para professores, 15% para funcionários e 15% para estudantes. No processo de “eleições” de reitor em 2008, após considerar o fator relação votantes e aptos a votar, os percentuais legais metamorfosearam-se em pesos reais de 60,46%, 13,63% e 2,73%, para professores, funcionários e estudantes, respectivamente. Traduzindo em números, cada voto de professor correspondeu a 511 estudantes e 2,1 funcionários e cada voto de um funcionário correspondeu a 239 estudantes. Não é um absurdo? Isto talvez explique em grande parte o desencanto e desânimo dos estudantes da Universidade quanto à boa política e à democracia. Se nestas “eleições” o processo fosse paritário por categoria, ou seja 33,3%, o segmento com maior peso seria o dos funcionários:

cada voto de funcionário corresponderia ao voto de 2,1 professores e manteria a proporção de 239 em relação aos estudantes; cada voto de professor corresponderia ao voto de 111 estudantes.

Desta forma, defendemos uma nova configuração do peso por categoria, com manutenção do princípio da paridade: as eleições paritárias de dois, composta de dois segmentos: 50% para os trabalhadores da universidade – professores e funcionários juntos – e 50% para estudantes. Na nova fórmula, cada voto de professor ou funcionário corresponderia formalmente ao voto de 14 estudantes. Num cenário bem otimista em que metade, ou seja 50%, de todos os estudantes votassem (em 2008 somente 18,24%), cada voto de um trabalhador da Universidade, seja professor ou funcionário, corresponderia aproximadamente ao voto de 28 estudantes. Neste provável cenário, teríamos uma paridade efetiva, com peso real aproximado de 50% para professores e funcionários juntos, e 25% para estudantes. A junção das duas categorias num peso único de 50% evitaria distorções relacionadas ao reduzido número de funcionários em alguns centros e faculdades da UECE. Nesta

nova proposta – mais do que referência a novos percentuais – os coletivos universitários sentir-se-iam mais fortalecidos.

Precisamos debater mais esta questão, porém trata-se de uma fórmula mais justa por considerar a relação entre o peso individual e coletivo de cada categoria no processo. O educador Paulo Freire lembra em seu livro “Pedagogia da Autonomia” que ensinar “exige a corporeificação das palavras pelo exemplo”. O aprofundamento da experiência democrática na universidade fortalece os sujeitos democráticos e suas convicções, e a sociedade é quem ganha quando formam homens e mulheres mais completos.

Os números apresentados acima não podem absolutamente ser desconectados da dimensão política que está em jogo. A nova proposta tem como objetivo principal o exercício do poder na Universidade por todos. Nela desaparece também o artifício abominável da lista tríplice, que se constitui uma afronta à autonomia universitária.

Ernandi Mendes

professor da Fafidam e ex-diretor da Sinduece

Greve dos professores do Estado: pelo cumprimento do piso nacional e carreira digna

No dia 05 de agosto, os professores da rede estadual do Ceará deliberaram, em assembleia geral, greve da categoria. O estopim foi o cancelamento da reunião que haveria entre representantes do Sindicato dos Professores do Ceará (APEOC), a secretária da Educação do Estado, Izolda Cela (PT), e representantes das secretarias da Fazenda e do Planejamento e Gestão. De acordo com pesquisa recente realizada pelo Instituto Sindicato – APEOC, o Ceará paga a 5ª pior remuneração aos professores da rede estadual de Educação Básica.

A principal reivindicação dos professores é a readequação do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério, segundo garante a Lei do Piso Nacional de Salário da Educação Básica. No final do ano passado, foi formada uma comissão com representações dos professores e do governo, a fim de elaborar estudos técnicos e financeiros para reajustar o PCCS. Segundo o Sindicato APEOC, o governador do Estado, Cid Gomes, informou, no final de julho, que um relatório técnico-financeiro da comissão seria enviada à Assembleia Legislativa, sem o aval dos professores, o que cancelou as negociações.

> Ceará paga a 5ª pior remuneração aos professores da rede estadual de Educação Básica.

Saiba mais

A Lei do Piso Nacional de Salário da Educação Básica foi sancionada em 2008 e garante rendimento mínimo para a categoria de R\$ 950 (sem a inclusão de gratificações), devendo ser reajustado anualmente. O Governo do Estado vem relutando em cumprir a Lei. O Ceará foi um dos cinco estados (juntamente com Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul) que entraram com Ação de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Em abril deste ano, o Supremo decidiu pela validação da Lei do Piso. Desde então, a APEOC tenta negociar com o governador a readequação do PCCS, mas o governo do Estado ainda não atendeu às reivindicações dos professores.

Com informações do Sindicato APEOC
www.apec.org.br

Sinduece convoca:

Assembleia Geral dos professores

PAUTA:

- > Regulamentação do PCCV: conquistas ameaçadas
- > Luta por concurso para professor
- > Proposta de convênio com Unimed

Quando: 16 de setembro, às 9h

Onde: Auditório da Prograd

EXPEDIENTE

Seção Sindical da UECE (SINDUECE) - Gestão “Por trabalho digno, autonomia e democracia na universidade”
Endereço: Rua Tereza Cristina, 2266 - sala 204 - Benfica.
Fortaleza-CE - Telefone: (85) 3077.0058
Jornalista responsável: Lorena Alves